OS TRIÂNGULOS COMPETITIVO-COOPERATIVOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DO PODER A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DAS FORÇAS POLÍTICAS INTERNAS E EXTERNAS NA AMÉRICA DO SUL

Bernardo Salgado Rodrigues¹

Introdução

A América do Sul se encontra entrelaçada diante dos interesses de acumulação de poder e riqueza dos dois maiores centros de poder mundiais: Estados Unidos e China. Estes realizam uma disputa pelo controle monopólico dos seus mercados e das fontes de recursos naturais estratégicos, incorporando a região num centro gravitacional do funcionamento e expansão do sistema. Assim, pressões econômicas e políticas são crescentes, tanto internas quanto externas, possibilitando uma revalorização sul-americana e expansão sino-americana.

No século XXI, os projetos de poder na América do Sul constituem uma arena de disputas que compreende uma correlação dialética entre Forças Políticas Internas e Externas. Neste sentido, o presente artigo visa realizar um debate inovador a partir da formulação teórica denominada de Triângulos Competitivo-Cooperativos de poder, tomando como estudo de caso a região sul-americana. A partir de uma visão realista das relações internacionais e utilizando uma metodologia empírico-dedutiva, objetiva-se atingir uma construção epistemológica referente ao poder no sistema internacional, explanando os desafios e as possibilidades das Forças Políticas Internas Sul-

¹ Professor Substituto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ).

Americanas.

O trabalho está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais: na primeira, será realizada uma elucidação da formulação teórica das Forças Políticas Internas e das Forças Políticas externas, e como estas interagem reciprocamente no contexto geopolítico e geoeconômico sul-americano. A segunda seção se encontra subdividida em três partes: primeiramente, breves comentários acerca do poder nas relações internacionais serão definidos; subsequentemente, o objetivo central da definição conceitual dos triângulos competitivo-cooperativos será apresentado; na última parte, propõe-se demonstrar casos empíricos dessa nova formulação epistemológica na América do Sul.

Os Projetos de Poder para a América do Sul – Forças Políticas Internas (FPI).e Forças Políticas Externas (FPE)

As Forças Políticas Internas (FPI): Privatismo Exogenista, Hibridismo Sazonal e Nacionalismo Popular

Primeiramente, é de fundamental importância a realização da definição conceitual das Forças Políticas Internas (FPI). Segundo Rodrigues (2020a, 121), elas são definidas como “grupos que visam o poder, domínio ou influência a partir do estabelecimento de forças centrípetas, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual se movem”. Em outros termos, as FPI são capazes de produzir ou acelerar movimentos políticos, determinando o deslocamento dos agentes através de um consenso que origina uma ação social e política específica, de acordo com seus princípios. Logo, são poderes fraturados pela dissensão, cuja capacidade endógena de influenciar os blocos de poder é exercida entre os atores que compõem o sistema, haja vista que uma das principais características do mundo contemporâneo é a guerra entre blocos de capitais.

Fiori resume com precisão o ponto central para a análise de Forças Políticas Internas:

Em todos os casos de sucesso econômico também se identifica a existência de um núcleo estratégico unido e coeso dentro do próprio Estado, que foi o grande responsável pela definição e sustentação dos objetivos estratégicos que se mantêm constantes durante longo tempo, apesar das eventuais mudanças de governo ou de regime político. Esses núcleos, ou centros

de poder, demonstram sempre – em todos os casos estudados – grande flexibilidade e grande capacidade na configuração do sistema de poder em que estão inseridos (Fiori 2014, 40).

Primeiramente, é importante frisar que os modelos de FPI, que serão posteriormente apresentados, não podem ser considerados herméticos e impassíveis de contradições internas. Eles constituem a busca de delimitação de um objeto de pesquisa a partir da observação empírica e histórica, um conceito que visa destacar um projeto representativo de certos setores sociais, construída sob uma interpretação da realidade concreta. Além disso, conformam tendências de médio-longo prazo e, por isso, são passíveis de uma análise mais duradoura e fidedigna.

Em segundo lugar, é necessário esclarecer que as Forças Políticas Internas estão presentes em todos os países do sistema mundial, haja vista a impossibilidade de existência da harmonia de poder *vis-à-vis* as disputas de poder. Entretanto, ressalta-se que a concepção dessas FPI consiste numa observação empírica e materialista específica, relacionada ao estudo da América do Sul no século XXI. Estas forças conformam uma geometria de poder determinada de modo espacial e histórico, o que não inviabiliza, particularmente, a constatação dessas Forças Políticas Internas em outras regiões do mundo, nem outras concepções em distintos períodos históricos.

Um terceiro ponto consiste na ratificação de que a constituição destes modelos nomeados de Forças Políticas Internas constitui uma abstração a partir da realidade concreta e, como construção subjetiva e particular do autor, possui alto grau de generalização e, com isso, alta probabilidade de críticas. Em outros termos, ao conformar tipologias das FPI, o intuito é o estudo dos traços característicos de um conjunto que busca determinar tipos e/ou sistemas de poder, caracteres tipográficos de forma sistematizada a partir da geopolítica, do desenvolvimento e da integração.

Finalmente, ratifica-se a dificuldade de construir coalizões de classes na América do Sul, principalmente devido a desigualdade social profunda, divergência de interesses e formação histórica dos blocos de poder. Portanto, ensejou-se a conformação da terminologia de Forças Políticas Internas, uma vez que, ao trabalhar com esse conceito, podem-se concatenar princípios e diretrizes que, a princípio, constituem uma “orquestra política, econômica e social onde soam elementos de campos variados” (Vadell; Carvalho 2014, 103). A contradição que porventura possa ocorrer no interior das FPI nada mais é do que a própria contradição existente no interior dos Estados, cuja ossatura institucional é uma arena de luta de interesses.

Desta forma, visualiza-se que a América do Sul se encontra numa

encruzilhada oriunda das crises e contradições de modelos sociopolíticos e, “posteriormente, na vigência ou não do neoliberalismo como corpo ideológico hegemônico após a crise de 2001 na região” (Vadell; Carvalho 2014, 76):

Sai de uma crise de seu balanço de pagamentos de 1999 a 2009, amortizada pela reversão da deterioração dos termos da troca, e ingressa, a partir de 2010, num período cíclico de expansão de entrada de capitais estrangeiros, onde o eixo do crescimento econômico mundial se desloca dos países centrais para o leste asiático, em particular a China, e os países periféricos. Essa situação abre a uma janela de oportunidade e uma nova perspectiva para a região (Martins 2011, 273-274).

A partir dessa janela de oportunidades, é fundamental a compreensão das Forças Políticas Internas a partir de uma base geopolítica, desenvolvimentista e integracionista, e sua correlação de poder com as Forças Políticas Externas. Cada modelo de inserção propõe relações entre as distintas frações de classe e do Estado num projeto determinado, que podem ser determinadas, no caso sul-americano, em três concepções: privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular.

Privatismo Exogenista

O privatismo exogenista é uma vertente política e uma ideologia social e econômica que tende a valorizar a iniciativa privada, a propriedade privada e as privatizações, principalmente com a venda e gestão de ativos nacionais a setores externos. Ele é orientado e conduzido diretamente pelos setores empresariais privados internacionais, cujo “empreendedor nacional deveria associar-se ao internacional ou concorrer obrigatoriamente com ele” (Traspadini 2014, 40-41).

Portanto, é um privativismo de procedência/influência exógena, que se desenvolve a partir de temas estabelecidos fora dos espaços nacionais dos países sul-americanos, e cujas economias nacionais se encontram totalmente pautadas pela globalização e pelos interesses dos grandes centros de poder que provém do exterior. Basicamente, pauta-se em três pilares: a escassez de bens e recursos deve ser gerida pelas instituições privadas transnacionais; o capital internacional é o instrumento social que facilita e movimenta o sistema; e toda instituição que iniba o mercado racional globalizado deve ser limitada (Vadell e Carvalho 2014, 82).

Assim, não há somente uma prerrogativa de venda de ativos do Estado e favorecimento do mercado cosmopolita, mas uma prioridade, implícita ou

explícita, de fortalecimento de atividades privadas administradas por setores externos aos países sul-americanos, cuja eficácia e eficiência pode, ou não, levar em consideração as reais necessidades das economias nacionais. “*Los teóricos de este giro asumieron una reivindicación pragmática del capitalismo. Presentaron la globalización como un rumbo inexorable que exigía mayor apertura, eficiencia y competitividad*” (Katz 2016, 99). Em outros termos, não é unicamente o privatismo que se encapsula numa transformação orgânica interna com mudanças nas relações políticas, na organização produtiva e social sob a liberal, mas a desnacionalização irrestrita em detrimento de um mercado globalizado de predomínio dos capitais internacionais e transnacionais.

Percebe-se a influência de uma tendência liberal nas linhas que correspondem ao núcleo básico do privatismo exogenista. No conjunto das Forças Políticas Internas, o privatismo exogenista comporta grupamentos que convergem entre si, estabelecendo blocos de poder que transitam entre si, influenciando uns aos outros reciprocamente, mas tendo como base a valorização da iniciativa privada exógena.

Hibridismo Sazonal

O hibridismo sazonal é característico da Força Política Interna que provém de naturezas políticas e econômicas distintas, possuindo dois ou mais lados que se manifestam em determinado período e conjuntura, além de realizarem movimentos isócronos em contradição tanto no plano de sua própria segmentação, como em relação às outras forças. É o cruzamento de vários fluxos de poder que se interrelacionam sazonalmente, ocorrendo num momento temporal específico e que, posteriormente, engendra uma nova configuração de correntes parcial ou totalmente distintas. Exemplifica-se a proximidade (hibridismo) entre o Estado e o capital financeiro, cuja relação dialética apresenta um movimento por vezes contrário ao princípio do mercado autorregulado, com diferentes níveis de intervenção estatal, mas que não abandona todas as medidas propostas pela ortodoxia liberal nem os vínculos dos Estados ao sistema capitalista internacional.

O hibridismo sazonal favorece uma adaptação pragmática às exigências da conjuntura, e por isso incorporam fórmulas que contêm múltiplos elementos, sem definir primazia clara; num momento, advogam um progressismo social, em outro, um progressismo liberal, “*suelen convocar a fortalecer el mercado y el Estado, a reforzar la centralización y la descentralización, a potenciar lo público y lo privado, y a desenvolver políticas austeras y activas*” (Katz 2016, 143). Na América do Sul, constitui uma modalidade de projetos

periodicamente adotados pelas elites, as altas burocracias e/ou os grupos capitalistas desses países, cuja defesa sintoniza as consequências danosas de certos modelos, mas aceitam os critérios da eternidade capitalista como único modo de produção possível. Logo, *“al concluir una experiencia fallida emerge la amnesia social que hace olvidar ese fracaso, pero al mismo tiempo se preparan las condiciones para repetir el experimento”* (Ouriques apud Katz 2016, 177).

Entretanto, uma variável da Força Política Interna a qual se denominou hibridismo sazonal permanece constante: a luta entre frações do capital, mas que, em certo sentido, convergem as propostas para incorporar maior regulação estatal ao capitalismo neoliberal, a fim de estabilizar seu funcionamento; em outros termos, uma relação harmônica entre o capital e o social. Em outros termos, há um amplo conjunto de possibilidades na FPI denominada de hibridismo sazonal, justificado pelo fato de incorporar distintas ideologias, teorias e práticas políticas, constituindo-se como a FPI mais heterogênea. Logo, o hibridismo sazonal é a FPI que mais frequentemente possui mudanças em seus direcionamentos políticos, econômicos e ideológicos, uma vez que agrega uma multiplicidade de correspondências apresentadas no presente trabalho. Por conta disso, os blocos de poder competem e cooperam entre si no interior da institucionalidade estatal, a partir dos vários fluxos de poder que se interrelacionam sazonalmente na luta entre as distintas frações do capital.

Nacionalismo Popular

O nacionalismo popular é considerado uma ideologia ou um idealismo que exalta e prioriza o Estado nacional como organismo político da gestão e salvaguarda dos interesses nacionais, levando os cidadãos a retomarem algumas das tradições e princípios fundadores dos seus países sul-americanos que despertam a simpatia e afeto popular. Esta FPI é considerada o antônimo do cosmopolitismo globalista, uma vez que este último engendra a perda do conceito de nação e aparta das decisões substantivas os anseios sociais da população. Ressalta-se a priorização do termo popular em detrimento de populista; entretanto, ambas possuem um caráter convergente quando relacionadas com a definição de Laclau (2013), de que a construção do populismo seria um processo de demanda democrática num momento histórico de ruptura popular.

É imprescindível ressaltar que há inúmeras manifestações contraditórias de renascimento nacional, tais como xenofobia, projetos elitistas de acumulação nacional, políticas subimperialistas de opressão,

dentre outras. Desta forma, cabe frisar que a expressão destacada é a de resistência popular no âmbito nacionalista, que se constitui como um modelo orientado por uma vontade política que expressa a potência das forças sociais populares, vinculadas ao sistema de poder estatal, e que com ele compartilham a condução do processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Entretanto, a efetivação do nacionalismo popular exige a criação de bases sustentáveis de expansão do empoderamento econômico, social, político e cultural de seus povos, tendo como condição necessária o “enfrentamento dos seus problemas estruturais de exclusão interna (pobreza e miséria sob diversas formas).e externa (periferização)” (Martins 2011, 273-274).

Enfim, se efetivamente queremos construir um projeto nacional-popular [...] a tarefa intelectual decisiva é a superação do “apagão mental” que tantas limitações impôs ao ambiente universitário e político [...]. Neste contexto, podemos ou não compartilhar o ceticismo em relação as insuficiências teóricas nos programas destinados a superar a dependência e o subdesenvolvimento, mas não temos o direito de esquecer e menos ainda alterar os termos do debate de décadas passadas (Ouriques 2014, 198).

Esta configuração constitui a mais complexa e incompreendida no âmbito regional, uma vez que as experiências de nacionalismo popular na América do Sul são corriqueiramente sabotadas, prejudicadas e impedidas, tanto por FPI contrárias, como por FPE que visualizam nesta corrente a impossibilidade de disseminação de suas práticas e ideais. Logo, o nacionalismo popular se configura como o mais homogêneo das FPI, uma vez que se propõe a ser o anti-sistema, uma corrente contrária aos preceitos vigentes e, por isso, necessita de esferas de domínio mais coesas e convergentes. Ainda, todos esses blocos alinham-se à priorização da gestão do Estado nacional pela via popular, em menor ou maior grau.

Estas três tipificações apresentadas consistem em projetos geoeconômicos distintos na América do Sul, constatados a partir de uma análise empírica dos principais grupos de poder presentes na região no período entre 2001-2020. Com obviedade, tal sistematização é passível de modificações, uma vez que há uma mutabilidade transformadora e constante da realidade, que influencia os blocos de força políticas endógenos nesta complexa e dinâmica geometria de poder.

As Forças Políticas Externas (FPE): Estados Unidos e China

Da mesma forma que fora realizada uma breve sistematização teórica acerca das FPI na América do Sul, as Forças Políticas Externas (FPE) são definidas como:

forças exógenas que buscam estabelecer e exercer o poder, controle e intervenção através de forças centrífugas, impedindo os agentes de se afastarem da órbita gravitacional do seu centro de irradiação. Diferentemente das Forças Políticas Internas, as Forças Políticas Externas necessitam de um agente externo a ele para exercer o poder, atuando de fora para dentro do sistema, ou seja, é um tipo de força exercida sobre esse sistema. Rotineiramente, as FPE formam compromissos com determinadas FPI, que passam a tomar decisões estabelecidas e referenciadas às primeiras; i.e., as Forças Políticas Externas visam sempre influenciar as Forças Políticas Internas que melhor reproduzam seu sistema interno de acumulação de poder e riqueza (Rodrigues 2020a, 122).

Uma vez mais, Fiori (2014, 30) elucida a questão ao afirmar que :

essas grandes potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos estados e economias líderes, pela monopolização das armas, da moeda e das finanças, da informação e da inovação tecnológica. Por isto, o aparecimento de uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas (Fiori 2014, 30).

O estudo das Forças Políticas Externas na América do Sul será focado nos principais agentes externos na região no século XXI, Estados Unidos e a China, que intensificam um caleidoscópio de projeções de poder que influencia diretamente a correlação de forças das FPI.

No que tange à atuação das FPE dos Estados Unidos na América do Sul, um cenário inédito é apresentado: o relativo desengajamento estadunidense diante de seu entorno estratégico imediato através de um vácuo de poder originado pelos ataques de 11 de Setembro, uma vez que ocorreu um redirecionamento da totalidade de esforços econômicos e militares para o Oriente Médio e no combate a Guerra ao Terror.

Associado em um primeiro momento às atitudes unilaterais de Bush filho, os ataques tinham um contexto mais amplo: a contestação da dominação

hegemonia, cuja supremacia militar não poderia ser combatida, mas cuja sociedade apresentava fissuras. Para explorar estas fissuras, o foco de 11/09 foram símbolos do poder social e econômico do país (as torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque) e estratégico-político (Pentágono e prédios públicos em Washington, DC) (Pecequillo 2012, 20).

Tal acontecimento propiciou dois fatos que iriam marcar substancialmente a política estadunidense no governo Bush (2001-2009) e no início do século XXI: a sistematização do *Patriot Act* e a intensificação do *Project for the New American Century*. Ambos surgem como desdobramentos dos ataques de 2001 e influenciam, direta ou indiretamente, a política interna e externa dos Estados Unidos, possibilitando uma reinterpretação do seu papel no sistema internacional.

Alinhado a este fator, desde sua eleição, o governo Bush indicava uma expressiva retórica do unilateralismo (Pecequillo 2012, 19-20), fato este que, coadunado com os ataques de 11 de setembro e a janela de oportunidade de maior assertividade no plano militar internacional justificado pelo combate ao terrorismo, possibilitou a ativação de um projeto surgido em *think tanks* neoconservadores do Partido Republicano na década de 1990, exercendo forte influência no setor militar e na política externa do presidente. O Projeto para o Novo Século Americano (PNAC) consistia em implementar uma *full spectrum* dominance dos Estados Unidos, uma consolidação e ampliação da sua hegemonia no sistema internacional como única superpotência,

e, conquanto algumas vezes hesitasse, conservou os Estados Unidos em um *perpetual wartime footing*, a *forever war*, *war on terror*, formalizada em 2001, com autorização do Congresso, para combater um inimigo invisível, não identificado, sem nome e sem parâmetros, dando-lhe continuidade e escalando, inconstitucionalmente, os ataques e assassinatos extrajudiciais de terroristas ou supostos terroristas, mediante a tática de *targeted killing* (Bandeira 2016, 93-94).

Apesar desses fatores, o critério central na ação internacional da administração Bush colocou a América do Sul fora do radar de Washington (Colombo, Frechero 2012, 190-191), o que, na visão de Kelly (1997, 190), “*political vacuum in Latin America pose potential threats to the United States*”. Alinhado a esta visão, este vácuo de poder relativo possibilitou a ascensão de distintos atores na região durante este período, tanto internos como externos. Logo,

a ausência de políticas positivas à região após a ofensiva dos anos 1990, a dificuldade em acomodar parceiros bilaterais emergentes, a crise econômica e a paralisia de um sistema político e social cada vez mais polarizado em Washington são indicadores do esvaziamento da presença no hemisfério. E, mais ainda, uma perda de espaços que se estende a distintos cenários geopolíticos e aos processos de desconcentração de poder globais (Pecequillo 2012, 54-55).

Os últimos anos do governo Bush ficaram marcados pela eclosão da crise financeira de 2008, ponto de inflexão paradigmático dentro dos Estados Unidos e em todo o sistema internacional. Tal acontecimento incentivou a retórica da refundação hegemônica dos Estados Unidos com a eleição de Barack Obama (2009-2017), modificando a política externa estadunidense e, concomitantemente, sua relação com a América do Sul (Pecequillo 2012, 25). Destarte, ainda que tenha perdurado e, inclusive, se intensificado a tentativa de governança global baseada no domínio de espectro total dos Estados Unidos, constata-se um retorno do direcionamento geoestratégico para o seu entorno imediato, através de distintas ações no campo econômico e, de forma mais aguda, no militar.

A atuação da administração Obama consistiu basicamente na tentativa de petrificação da ordem mundial e implantação da dominação totalitária dos Estados Unidos, corroborando com seu antecessor, uma vez que buscou a “*full-spectrum dominance*”, almejada, ardentemente, desde a decomposição da União Soviética” (Bandeira 2016, 145). Essa dominação de espectro total possui como objetivos conquistar posições estratégicas e condicionar guerras em busca de mercados e/ou acesso a recursos naturais, mesmo que inclua a interferência direta em outros países a partir de operações de *regime change*. Além disso, tal governança global possui relação direta com o projeto *The New American Century*, adaptando-o aos novos imperativos do sistema internacional e adequando-o às novas modalidades de guerra.

Deve-se destacar que o ano de 2008, aqui identificado como de retomada estadunidense, coincide com a eclosão da crise econômica global nos países desenvolvidos, reforçando ainda mais a concepção de que as FPE dos Estados Unidos na América do Sul ganham força como válvula de escape às tensões econômicas neste país. Isto é, não emergem de uma política construtiva para o continente ou que visasse o aprofundamento da colaboração, mas sim de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos polos de poder nesta região e em escala mundial (Pecequillo 2013, 112).

A revalorização de países sul-americanos no tabuleiro geopolítico

global, como Brasil e Venezuela, e regiões, como o Atlântico Sul, possui relação diretamente proporcional ao ajustamento das FPE estadunidense diante de novos fenômenos regionais e globais. Em outros termos, quanto maior for a margem de autonomia desses e outros Estados, mais elevadas as chances de choque de interesses com a hegemonia.

Diante deste cenário, as reações norte-americanas à expansão dos emergentes na América do Sul (e também na África e no Atlântico Sul). iniciaram-se de forma mais sistemática em 2008, atingindo maior intensidade a partir de 2009, com a chegada de Barack Obama ao poder na Casa Branca. Obama não só deu continuidade às políticas lançadas por Bush filho no campo geopolítico, como inseriu componentes geoeconômicos na agenda de contenção de Brasil e China. Stallings (2008) aponta que mesmo que a postura brasileira e chinesa não seja confrontacionista diante da hegemonia, o fato de sua projeção de poder começar a chocar-se com a norte-americana na economia e na dimensão política-estratégica impôs uma necessidade de resposta aos Estados Unidos (Pecequillo 2013, 112).

Portanto, a atuação dos Estados Unidos consiste em impedir o surgimento de uma possível potência, assim como prevenir que qualquer poder hostil domine ou exerça qualquer tipo de influência, uma “meta de estabilidade regional, que busca impedir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos diante de ‘países desestabilizadores’ na região” (Bruckmann 2011, 207). Para tal finalidade, mantém mecanismos para dissuadir os competidores potenciais de aspirarem a um papel regional ou global, intervindo político, militar e economicamente. Especificamente para a América do Sul, os objetivos da estratégia hemisférica dos EUA são manter sua supremacia e presença militar, reduzindo as forças militares dos países da região; difundir a agenda de liberalização econômica ampla, através de acordos bilaterais ou regionais; domínio sobre os recursos e mercados do hemisfério; contrapor a expansão chinesa e a ascensão do Brasil na região, minando seus projetos (MERCOSUL, UNASUL e BRICS).

A elevação do prestígio brasileiro e as questões energéticas (as reservas do pré-sal brasileiro e no Atlântico Sul) levam à reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira, considerada zona de risco terrorista. A reativação da Quarta Frota responde aos avanços chineses e indianos na América Latina, e ao incremento da cooperação militar entre Venezuela e Rússia (e da aproximação da Venezuela com o Irã). Mais adiante, a constituição do Conselho de Segurança da UNASUL (CDS) torna-se fonte de preocupação para os norte-americanos (Pecequillo 2012, 53-54).

Conforme afirma Fiori (2007; 2014), a projeção de poder de todo e qualquer país hegemônico no sistema internacional, historicamente, abrange uma dicotomia sincrônica entre o poder das armas e das moedas, ou seja, o poder militar e o poder econômico. No que se refere às Forças Políticas Externas dos Estados Unidos na América do Sul pós-Guerra Fria, visualiza-se essa dualidade de forma explícita referente ao poder econômico, exemplificado nos projetos da ALCA e Tratados de Livre-Comércio (TLC's), TPP, TTIP e TISA, e implícita no poder militar, via concretização da denominada guerra híbrida (Korybko 2018; Rodrigues 2020b).

Do outro lado da balança de poder internacional, a América do Sul é considerada uma região geoestratégica para a China no começo do século XXI. Como salientam Tsai e Liu (2012), desde iniciativas como a visita do Ministro das Relações Exteriores chinês, Tang Jiaxuan, em 2001 no Chile, e as duas visitas do presidente Hu Jintao ao continente, em 2004² e 2008, a China vem apregoando a cooperação Sul-Sul e preparando terreno para o fortalecimento das trocas inter-regionais: “em pouco mais de uma década a China migra da quase ausência para a posição principal nas relações econômicas com a ALC” (Vadell e Neves 2018, 208). Em outros termos, tais fatos colocaram a América do Sul como um dos espaços geopolíticos fundamentais para as Forças Políticas Externas chinesas.

Ainda em 1999, o governo chinês lançou uma estratégia, em conjunto com o Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional (*China Council for the Promotion of International Trade – CCPIT*), denominada “*going out*” ou “*going global*” (Shambaugh 2013, 174). Em geral, vem consistindo numa política de investimentos externos, incentivada e realizada pelo Estado, voltada para a expansão e intensificação do processo de internacionalização das empresas chinesas (Economy; Levi 2014, 49), tornando-as competitivas para operacionalizar e alcançar os mercados globais. Assim, a peça-chave da estratégia *Going Out* consiste em “*financial support by the CDB and the China Export-Import Bank (CHEXIM), at least when it comes to the activities of large state-owned and state supported firms that make up the bulk of China’s overseas foreign direct investment (FDI)*” (Gallagher 2016, 51).

Em 2001, essa política foi incorporada no 10 Plano Quinquenal (2000-2005), baseando-se em cinco objetivos: elevação dos investimentos chineses no exterior; diversificação da produção; racionalização dos processos

2 “Em 2004, segundo Johnson e Wasson, o presidente chinês Hu Jintao anunciou um plano de investimentos para a região e o interesse em ampliar o comércio entre o país e a América Latina. Naquele momento, a atenção já se concentrava na região sul do continente – Brasil, Chile e Argentina – expandindo-se posteriormente” (Pecequillo 2013, 109).

administrativos (com incremento do nível e qualidade dos projetos); aperfeiçoamento dos canais financeiros para o mercado nacional; e promoção das marcas chinesas nos mercados internacionais, principalmente americanos e europeus (Leite e Ramos 2016, 169-170).

By the early 1990s, there was a conscious government policy launched to encourage Chinese commercial firms to “go out” and for Chinese localities and organizations to more generally “go global”. The encouragement to Chinese companies did not really begin to materialize until around 2007, but by the mid-2000s considerable international initiatives were being launched by a wide variety of Chinese organizations, localities, and individuals (Shambaugh 2013, 5).

Outro caráter determinante é que essa trajetória de reformas, somada ao aumento das cadeias de valor e à crescente atualização tecnológica, finalmente permite com que a China seja admitida na OMC, no final de 2001, após anos de intensas negociações, tendo que se adaptar a algumas regras do mercado privado com uma abertura comercial inédita, ainda que com forte controle sobre o câmbio (Vadell 2011, 99). Como contrapartida, se beneficiaria de um amplo acesso aos mercados ocidentais (Sevares 2015, 27). Portanto, tal evento causou um salto gigantesco no volume do comércio exterior chinês, estendendo sua integração à globalização e contribuindo decisivamente para um ciclo expansivo da economia mundial que duraria até 2008.

Da mesma forma, as relações econômicas sino-sul-americanas vêm se intensificando desde 2001. Conforme dito anteriormente, tanto a entrada na OMC quanto as visitas de Estado em 2004 e 2005 ensejaram a assinatura de acordos de comércio, investimento e de cooperação em distintas áreas (Vadell; Ramos; Neves 2016, 81; Leite e Ramos 2016, 172-173). Além disso, o 11 Plano Quinquenal (2006-2010) estabeleceu como imperativo o incremento da ajuda a outros países em desenvolvimento, inclusive como forma de colaborar com a estratégia *going global*: “*en este sentido, es importante tener presente que la cooperación china se rige por la norma del beneficio mutuo y la ganancia compartida hacia los destinatarios de la ayuda*” (Brutto 2018, 115).

Com o ponto de inflexão ocasionado pela crise financeira de 2008, tanto a política interna quanto a externa da China sofrem consideráveis mudanças, desencadeando uma nova etapa após o longo ciclo de globalização benéfico desde os anos 1970. Em certo sentido, tais mutações são percebidas como uma oportunidade para a economia doméstica chinesa, uma vez que a vulnerabilidade dos distúrbios internacionais alertou o Estado chinês para a necessidade de construir um mercado consumidor doméstico mais

robusto (Niu 2013, 203), além de fornecer vigorosa política fiscal anticíclica, sustentando o nível de atividade econômica (Naughton 2015) baseado, principalmente, no uso intensivo de mão-de-obra, na medida em que o país se aproxima do status de “renda média” (Jaguaribe 2011; Perkins 2013).

Entre 2008 e 2016, a China vem sofrendo mudanças substanciais, com menores taxas de expansão econômica somadas às políticas e diretrizes que visam um crescimento mais “sustentável”. Isso explica, em certo sentido, o menor ritmo chinês, com um novo paradigma denominado de “Novo Normal” (Naughton 2017, 21; Perkins 2013; Pereira e Ribeiro 2016), onde as exportações e o mercado externo perdem relativa centralidade nas diretrizes do governo diante da expansão do consumo e da demanda doméstica. Tal direcionamento para o mercado doméstico, presente inclusive no 12 Plano Quinquenal (2011-2015), auxilia na compreensão do drástico resfriamento do preço das *commodities* (Naughton 2015), gerando consequências para a dinâmica global e regional ao fechar um ciclo exógeno benigno para os termos de troca da América do Sul (Pereira e Ribeiro 2016).

Portanto, ao passar pelas etapas de regionalização e globalização, a China também desenvolveu sistematicamente relações comerciais, de investimentos e diplomáticas mais profundas com a América do Sul no período de 2001 a 2020, visualizando-se uma crescente interdependência política e econômica entre esses países em relação à China, denominada de geoeconomia híbrida, haja vista que consiste na:

utilização de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme e assimétrica que, quando empregados em determinados países ou regiões, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. É um processo de atuação econômica com finalidades geopolíticas, realizado pela junção de elementos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, caracterizando-se, expressando-se ou manifestando-se pela composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas (Rodrigues 2020a, 188).

Em suma, após a definição tanto das Forças Políticas Internas quanto das Forças Políticas Externas, assim como a sua visualização empírica na América do Sul do século XXI a partir da metodologia empírico-dedutiva, propõe-se a discussão do objetivo central do presente trabalho: a construção teórica dos Triângulos Competitivo-Cooperativos (TCCs) de poder nas relações internacionais.

Os Triângulos Competitivo-Cooperativos de Poder

O Poder nas Relações Internacionais

As Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas são configurações de poder nas relações internacionais. No caso específico dos países da América do Sul, dos Estados Unidos e da China, permite a avaliação de diferentes geoestratégias em cenários distintos, a partir de uma dialética materialista que se modifica temporalmente. Por conseguinte, a variável do poder é imprescindível para o estudo desse conjunto de países selecionados.

Há uma relação dialética entre o Estado, as Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas; ambas se influenciam reciprocamente, exercendo pressões que modificam as conjunturas internas dos países, os arranjos regionais e o próprio sistema internacional. Assim, é essencial o estudo de tais conceitos na realidade prática sul-americana e mundial, uma vez que o modelo proposto engendra competição, contradição e acumulação de poder e riqueza, características basilares do sistema interestatal capitalista e que, intuitivamente, influenciam diretamente os atores citados.

Consequentemente, determinando o Estado como elemento agregador do poder nos tópicos apresentados, é essencial a racionalização teórica do próprio poder. No âmbito das relações internacionais, este é um dos temas mais intensamente debatidos. Desde Maquiavel (2012), ao demonstrar que a acumulação de poder era essencial para o Príncipe, com a preparação permanente para a guerra através da resiliência política (virtú) ou da sorte (fortuna), os diversos atores políticos visam quantificar e qualificar as capacidades e possibilidade do exercício do poder. Outros clássicos das relações internacionais também esquadrinharam a temática: segundo Morgenthau (2003), o poder é definido como a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens; para Aron (2002), no sentido mais geral, poder (ou potência) é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais; na visão de Nye (2004, 2), o poder é *“the ability to influence others to get the outcomes one wants”*; de acordo com Lukes (1980), existiriam quatro abordagens fundamentais sobre o poder na filosofia política³.

Portanto, poder é a habilidade, a força que atua sobre certa realidade;

³São elas: 1) substancialista, que se remete a meios, como exercício ou domínio; 2) subjetivista, referente a capacidades, a competência do ator para exercer o domínio e legitimação; 3) relacional, alinhado à dominação direta, a capacidade de influenciar atores de uma forma que não agiria caso não fosse exercido o controle; e 4) estrutural, relacionado ao constrangimento, controle do contexto da tomada de decisão.

é toda a probabilidade de impor a própria ambição numa relação social contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade; é a capacidade de impor sua vontade, que tem como consequência a obtenção de algo concreto ou subjetivo. Assim, estuda-se o poder para a ação, para se criação, construção ou destruição; quando o poder é orientado, visando um objetivo, é usado para modificar a estrutura, as relações existentes.

Poder, Estado e classe conformam a principal relação de forças no seio do sistema internacional. As Forças Políticas Internas orientam o poder do Estado em seu seio institucional, e a forma como se prolongam para fora. Em outras palavras, um Estado forte é aquele que exerce seu poder, tanto no plano externo quanto no interno, sendo uma entidade parcialmente autônoma que requer uma classe social cujos interesses diretos se encontram a serviço da entidade, tanto por parte dos administradores do Estado e quanto pela burocracia do Estado. Naqueles Estados no qual o aparato estatal é fraco, os administradores públicos não intervêm no papel de coordenar o poder a partir de um complexo de forças políticas.

Ainda, é importante ressaltar que Estado e poder, em si, são abstrações que ganham concretude a partir da disputa das classes sociais distintas. Ao agregar a perspectiva das classes sociais – no presente trabalho conformado como Forças Políticas Internas – ratifica-se que a perspectiva única e exclusiva dos Estados oculta o papel das classes nas estratégias de poder. O papel das FPI é condicionante nas estratégias assumidas pelos Estados, assim como na orientação das estratégias específicas de poder. Em outros termos, o Estado e o poder correspondem a uma abstração cuja concretude é realizada pelas classes sociais e/ou Forças Políticas Internas; as suas definições são sempre concretas, condicionadas a existência da luta das classes.

Nesta mesma linha de raciocínio, a definição de poder realizada por Fiori (2007, 16-19; 2014, 18-22) é uma das mais interessantes. Segundo o autor, “o poder é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa e pela luta contínua pelo próprio poder” (Fiori 2014, 18). Logo, por

definição, o poder é assimétrico⁴, relativo⁵, heteroestático⁶, fluxo⁷ e expansivo⁸, em que o sistema internacional consiste num choque de vontades constituídas por relações entre Estados visando a acumulação de poder e riqueza.

Para o escopo da presente pesquisa, as definições de poder triangular e poder sistêmico são as mais elucidativas, principalmente no que tange a ulterior formulação teórica sobre o denominado Triângulo Competitivo-Cooperativo (TCC). Para Fiori (2014, 19), poder triangular é aquele em que:

toda relação de poder envolve pelo menos dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo, onde se dá a interseção entre P_1 e P_2 , por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que o limite de toda e qualquer unidade de poder P_n , sempre estabelecido por outra unidade de poder P_{n-1} , terá as mesmas características de P_n , e, portanto, também terá seu limite traçado por mais uma unidade de poder P_{n-2} , e assim infinitamente, com relação a P_{n-3} , P_{n-4} etc. (Fiori 2014, 19).

Em outros termos, a relação de poder possui sempre, pelo menos, uma e qualquer fronteira, uma vez que o poder de P_1 exerce influência até o ponto em que se inicia o poder de P_2 , espaço no qual não se consegue obter eficácia. Ademais, qualquer recorte que se realize do poder consiste num triângulo, uma vez que toda e qualquer elo possui uma relação entre mais de dois atores, caracterizando-se, portanto, o poder com inúmeras fronteiras

4 “Se todos tivessem o mesmo poder, não haveria disputa nem haveria ‘relações de poder’” (Fiori 2014, 18).

5 “O poder envolve uma hierarquia e um cabo de guerra permanente entre algum vértice que tenha mais poder e outro que terá necessariamente menos poder. Se um desses vértices aumentar seus graus de liberdade, algum outro perderá poder, inevitavelmente, com relação ao que se expandiu” (Fiori 2014, 18).

6 “Qualquer uma dessas variações de poder provoca sempre uma reação mais ou menos imediata das partes desfavorecidas, visando a recompor e manter a mesma correlação de forças anterior à situação prévia à mudança inicial” (Fiori 2014, 18).

7 “Poder é ação e movimento, e só existe enquanto exercido de forma contínua. Não há como conceber um poder estático nem como conceber logicamente a possibilidade de um poder desativado ou neutro” (Fiori 2014, 19). Em outros termos, “o poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula o poder” (Fiori 2007, 17).

8 “Cada unidade de poder (P_1 , P_2 , P_3 etc.) exerce uma pressão competitiva sobre si mesma, e todas essas unidades exercem a mesma pressão umas em relação às outras. Como consequência, o sistema, como um todo, também se expande de forma contínua” (Fiori 2014, 19). Ainda, “nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global” (Fiori 2007, 18).

e relações de poder entre inúmeros triângulos. Assim, “todas as relações humanas envolvem uma ‘estrutura triangular’, mínima e irreduzível, e ao mesmo tempo assimétrica e hierárquica” (Fiori 2016, 15).

Ainda, no que tange ao poder sistêmico, Fiori ratifica a impossibilidade de “pensar uma unidade de poder sem supor logicamente a existência de um conjunto de outras unidades de poder que se multiplicam na forma de triângulos que supõem outros triângulos, e assim sucessivamente” (Fiori 2014, 19). Isto é, P envolve um sistema de P’s, que conformam infinitos triângulos conflitivos, competitivos, sobrepostos, cuja relação de poder é infinitamente elástica e atemporal.

Se as relações de poder fossem binárias e fechadas sobre si mesmas, se transformariam num jogo de soma zero e tenderiam a desaparecer de forma autofágica. Isso só não acontece porque o poder é triangular e sistêmico, e todas as suas unidades podem se expandir para fora de si mesmas, pela conquista do poder ou de alguma parcela de poder das demais unidades do sistema (Fiori 2014, 19).

Fiori teoriza uma fenomenologia do poder que instiga o seu estudo dentro do arcabouço das relações internacionais, debruçando-se sobre como se comporta a sua lógica no sistema interestatal. É interessante notar que se configura como uma linha de raciocínio inédita e complexa e que, ainda que abstrata, enseja múltiplas interpretações na tentativa de análise da realidade concreta.

A Definição Conceitual dos Triângulos Competitivo-Cooperativos nas Relações Internacionais

A partir do que fora exposto acerca das Forças Políticas Internas na América do Sul (*i.e.*, privatismo exogenista, hibridismo sazonal e nacionalismo popular), das Forças Políticas Externas mundiais (*i.e.*, Estados Unidos e China) e da teorização acerca do poder triangular e sistêmico, é possível realizar a definição de Triângulos Competitivo-Cooperativos. Eles são estruturas geométricas de poder formadas por três vértices de Forças Políticas, três lados de relações competitivas ou cooperativas e três ângulos políticos internos, cuja disputa para igualar, superar ou conquistar benefícios geopolíticos e geoeconômicos apresenta uma triangulação assimétrica, hierárquica e, obviamente, competitiva ou cooperativa.

As Forças Políticas Internas e as Forças Políticas Externas são

configurações de pode

Figura 1: Triângulo Competitivo-Cooperativo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na figura acima, o triângulo competitivo-cooperativo apresenta uma estrutura em que a representação do Vértice de Força Política (VFP 1) estabelece um Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC A) com o Vértice de Força Política (VFP 2), que constitui um Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC C) com o Vértice de Força Política (VFP 3), encerrando a triangulação pelo Lado de Relação Competitivo-Cooperativa (LRC B) com o Vértice de Força Política (A). Da mesma forma, cada Vértice possui um Ângulo Político Interno (VFP 1-APIα; VFP 2-APIb; VFP 3-APIr), representando as disputas internas de forças de cada vértice, além de serem passíveis de mudança de acordo com variações nos Lados de Relações Competitivo-Cooperativas.

É interessante notar a justificativa da concepção dos TCCs. A priori, pode parecer uma incongruência lógica a correlação entre competição e cooperação numa mesma concepção teórica. Tal fato não somente é possível, como racional, ao se considerar dois fatores: o primeiro, no sistema internacional, não existe vácuo de poder e, uma vez que o poder é fluxo, ação e movimento, exercido de forma contínua, não existe a possibilidade de idealizar um poder estático, desativado ou neutro. Em outros termos, se existe algum espaço para a efetivação do exercício do poder em qualquer uma de suas formas, ele prontamente será ocupado por algum poder. O segundo fator é que o poder triangular se trata de encadeamentos com três pontos, em que a relação, competitiva ou cooperativa, entre dois vértices (VFP 1 e VFP 2) forma um lado (LRC A), mas reflete e influencia, direta ou indiretamente, em termos competitivos ou cooperativos, na relação dos demais vértices como um todo (VFP 1 e VFP 3, com LRC B; e VFP 2 e VFP 3, com LRC C).

Figura 2: Triângulos Competitivo-Cooperativos - Efeito e Reflexos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra abstração que pode ser executada a partir de um TCC se relaciona com seu marco temporal. Em outros termos, uma vez que a natureza do sistema internacional, assim com dos próprios Estados, é um fluxo constante de competições, cooperações e transformações, uma relação triangular intertemporal sofre alterações ao longo do tempo, seja na correlação de forças entre as Forças Políticas, nas Relações Competitivo-Cooperativas entre elas e nos seus Ângulos Políticos Internos, como fica demonstrado na figura 3.

Figura 3: Triângulos Competitivo-Cooperativos - Relação Intertemporal

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esta é uma ferramenta de análise interessante caso se busque realizar análises comparativas de triângulos competitivo-cooperativos ao longo de um determinado período. Além disso, não há somente a constatação de elos entre os mesmos atores em períodos de tempo distintos, mas, concomitantemente, de um ou dois atores distintos no interior dessa intertemporalidade, como demonstra a figura 4.

Figura 4: Triângulos Competitivo-Cooperativos - Relação Intertemporal com Atores Distintos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por definição matemática, os triângulos são classificados a partir das medidas de seus lados. Analogamente, transplantando essa identidade para o plano das relações internacionais e, ao considerar cada lado do triângulo como uma relação competitiva ou cooperativa entre Forças Políticas (Internas ou Externas) específicas, as assimetrias de poder significam, portanto, lados distintos dos triângulos. Ou seja, cada vértice, num dado momento histórico, espacial e relacional, a partir das perspectivas geopolíticas, desenvolvimentistas e integracionistas, possui maior, menor ou análoga força quando comparada ao(s) outro(s) vértice(s), e assim sucessivamente.

Figura 5: Triângulos Competitivo-Cooperativos - Matemática do Poder

Fonte: Elaborado pelo autor.

Logo, pode-se realizar uma classificação a partir dessas assimetrias: 1) triângulo competitivo-cooperativo escaleno é aquele que possui todos os lados diferentes, ou seja, a assimetria de poder é distinta nos três vértices e nos três ângulos políticos internos; 2) triângulo competitivo-cooperativo isósceles é aquele que possui dois lados iguais e, logo, dois vértices e dois ângulos políticos internos possuem poder equiparados; 3) triângulo competitivo-cooperativo equilátero é aquele que possui todos os lados iguais, com ângulos políticos internos apresentando, portanto, eixos de simetria de poder.

A Empiria dos Triângulos Competitivo-Cooperativos na América do Sul

Com a finalidade de esclarecer essas abstrações teóricas do poder, é possível relacioná-las com exemplos sucintos do presente trabalho até aqui apresentado. Na ilustração abaixo, os vértices de cada triângulo correspondem

as Forças Políticas Internas na América do Sul, na parte superior, e as Forças Políticas Externas mundiais, na inferior. Compreende-se que cada relação triangular remete a uma correlação de forças temporal e espacial, de acordo com as condições materiais presentes em termos político-econômicos, consubstanciando-se dois vértices a fim de prevalecer a Força Política majoritária na correlação competitiva ou cooperativa, representada pelo lado do triângulo. No caso da Força Política Privatista, o lado do triângulo mais potente tende a prevalecer para a Força Política Estadunidense, deslocando seu ângulo político interno para a direita. Concomitantemente, tendo como contrapartida a Força Política Nacionalista, há uma tendência de convergência para a China e deslocamento do ângulo político interno para a esquerda. Para a Força Política Híbrida, ambas as Forças Políticas Externas exercem influência direta e indireta, mantendo-se constantes seus ângulos políticos internos.

Figura 6: Triângulos Competitivo-Cooperativos - Forças Políticas Internas na América do Sul e Forças Políticas Externas mundiais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Há de se ressaltar que a própria correlação de forças entre as Forças Políticas Externas, seja com maior ou menor intensidade, também afeta o encadeamento do terceiro ator, a Força Política Interna, em termos benéficos ou não. Outrossim, as próprias Forças Políticas Internas (e Externas) competem entre si, fazendo com que novas relações triangulares, endógenas e exógenas, sejam formadas. Na figura 7, observa-se que no nível interno, existem disputas competitivas entre o privatismo e o hibridismo no país A, entre o hibridismo e o nacionalismo no país B, e entre o privatismo e o nacionalismo no país C, configurando triângulos competitivos endógenos das Forças Políticas Internas. Concomitantemente, a disputa pelo sistema internacional entre as duas grandes potências, Estados Unidos e China, conforma a competição das

Forças Políticas Externas. Uma vez que o plano interno e o externo desses triângulos competitivos possuem fluxos dialéticos de influência, qualquer modificação em um dos vértices de qualquer triângulo modifica a correlação de forças do lado deste mesmo triângulo, assim como os ângulos políticos internos, alterando, em menor ou maior medida, todo o sistema.

Figura 7: Triângulos Competitivo-Cooperativos – Relações Endógenas e Exógenas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma vez que as relações triangulares são infinitas, múltiplas forças poderiam ser agregadas no esquema proposto, inclusive fora da esfera do

Estado. Visou-se realizar uma sistematização simplificada, a fim de visualizar as implicações geopolíticas e geoeconômicas relacionadas às Forças Políticas Internas e Externas, assim como suas relações triangulares competitivo-cooperativas.

Figura 8: Triângulos Competitivo-Cooperativos - Outros Atores

Fonte: Elaborado pelo autor.

No sistema internacional, todos os países, independente de qual papel possuem na estrutura hierárquica mundial, buscam aumentar seu poder e riqueza. Ainda que não se proponham a aumentar seus territórios em termos geográficos, todos são expansivos. Neste contexto, “a ‘pressão competitiva’ do poder é sempre uma pressão sistêmica, porque todos os ‘poderes soberanos’ precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem” (Fiori 2007, 17-18).

A partir da sistematização realizada acerca dos TCCs, “o aumento do poder, da liberdade e da igualdade de uma de suas três pontas implicará perda da soberania, da autonomia e da diferença das outras duas pontas” (Fiori 2016, 15), em que o vértice mais poderoso seguirá sendo aquele que funda as regras do jogo, o critério ético-moral e a arbitragem política e econômica, estabelecendo e adequando aos seus interesses os lados das relações competitivas e/ou cooperativas e os ângulos políticos internos, nessa incessante disputa geopolítica pelo poder global.

Vale ainda frisar que essa análise teórica dos TCCs possui relação diretamente proporcional com a expressão do latim “*Inter duos litigantes, tertius gaudens*”: entre dois litigantes, o terceiro se alegra, ou seja, quando dois brigam um terceiro tira proveito; “*rather than getting in the middle of every fight, sometimes it is better to hold the coats of those who do*” (Arrighi 2007, 298). Concomitantemente, é inversamente proporcional à teoria do equilíbrio de poder: ao invés de visar o apoio de quaisquer um dos vértices de poder,

explora períodos favoráveis de hostilidade mútua dos vértices mais fortes para a concretização de objetivos pré-definidos. Em outros termos, propõe-se que, ainda que um ator seja a ponta mais fraca da relação triangular, existem brechas na geometria do poder que ensejam uma assertividade política visando à acumulação do seu poder e riqueza.

Analisando a situação específica da América do Sul na relação triangular de poder com os Estados Unidos e a China, percebe-se a possibilidade de três triangulações distintas, a partir da definição das três Forças Políticas Internas e das duas Forças Políticas Externas. Obviamente que essas generalizações se modificam até mesmo dentro do período analisado (2001-2020), assim como na relação entre Estados Unidos e China com cada uma das Forças Políticas Internas. Portanto, com a finalidade de simplificar o exemplo, realizar-se-á uma sucinta análise qualitativa de uma triangulação (FPI, FPE 1 e FPE 2) nos três períodos do recorte temporal: 2001, 2008 e 2016, considerados paradigmáticos tanto para o sistema internacional quanto para o caráter específico das relações sino-americanas com a América do Sul.

A partir de 2001, os ataques às torres gêmeas e a presença na Eurásia com a Guerra no Afeganistão/Iraque no contexto da Guerra Global ao Terror “*undermined the centrality of the US and its currency in the global political economy, and strengthened the tendency towards the emergence of China as an alternative to US leadership in East Asia and beyond*” (Arrighi 2007, 209). Concomitantemente ao enfraquecimento da unipolaridade estadunidense, inclui-se a entrada da China na OMC em 2001, alinhado à sua política *go global*, que ensejou maior participação econômica e diplomática em todos os tabuleiros geopolíticos. Na América do Sul, o declínio da relevância comercial, econômica e política dos Estados Unidos, e o fortalecimento da presença chinesa “pode também ser, em grande parte, atribuído ao fortalecimento da Onda Rosa⁹ e ao processo de integração regional” (Dominguez 2016, 135-136).

Esta dinâmica favoreceu um recuo/distanciamento estadunidense e um avanço/fortalecimento das relações comerciais chinesas na América do Sul, possibilitando um momento de expansão das FPI (com menor ou maior grau dependendo das suas características) ao aproveitar o vácuo de poder dos EUA, beneficiando “o desenvolvimento de propostas autônomas, nas quais os Estados Unidos não se encontram inserido: são agendas autóctones e com foco nos interesses e na melhoria das condições sul-americanas” (Carmo e Pecequillo 2016, 58).

9 Onda rosa é uma expressão utilizada na análise de política externa do início do século XXI, para referir-se à percepção da crescente influência da esquerda na América Latina, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, quando foram eleitos chefes de Estado ligados a partidos reformistas de esquerda.

A crise financeira de 2008 é um ponto de inflexão para os três vértices da triangulação, cujas características não deixam de lado as anteriores, mas constituem novas formas de relação de poder. Nos Estados Unidos, o foco inicial com a recuperação econômica se alinha a contrarreação/retomada assertiva na América do Sul (Carmo e Pecequilo 2016, 71), visualizados nas tentativas de assinatura do TPP e na relevância da Aliança do Pacífico e tratados bilaterais; na China, há um redirecionamento da política doméstica (Novo Normal) e uma desaceleração do crescimento econômico, que reverbera diretamente na diminuição dos fluxos comerciais com a América do Sul, em conjunto com a intensificação dos fluxos de investimentos e tratados bilaterais/multilaterais; para as FPI em geral, visualiza-se a substituição de agendas de alto para baixo perfil, intensificada pelas mudanças para governos de cunho liberal nas eleições e com o crescente esvaziamento de lideranças regionais autônomas, fazendo com que Estados Unidos e China reassumissem determinado protagonismo (Carmo e Pecequilo 2016, 73).

Em 2016, o cenário geral sofre novas transformações: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, voltado para um protecionismo econômico e um intervencionismo militar (Rodrigues 2017), fornece elementos de constante instabilidade na política doméstica e externa estadunidense; a presença cada vez mais marcante na figura de Xi Jinping engendra um redirecionamento chinês no sistema internacional, a partir da intensificação do papel dos BRICS e da Nota Roda da Seda, e para o subcontinente sul-americano com o segundo *policy paper* específico para a região; na América do Sul, após uma década de avanços em diversos aspectos político-econômicos, figura-se um conjunto de retrocessos do ponto de vista geoestratégico, em que as consequências se apresentam através da “perda de espaço e liderança, o aumento da instabilidade regional, o esvaziamento dos projetos de integração, a consolidação da presença da China na América do Sul e o aprofundamento da contrarreação hegemônica estadunidense” (Carmo e Pecequilo 2016, 65-66).

Em linhas gerais, analisando-se os Lados de Relações Competitivo-Cooperativos, visualizam-se os seguintes parâmetros na relação entre China - Estados Unidos: num contexto de “bipolaridade assimétrica” (Stuenkel 2016, 83-84), existe um padrão de coexistência cooperativa (Kissinger 2011, 468-469), uma vez que há a percepção de que ambos necessitam um do outro e são demasiados grandes demais para serem dominados e/ou transformados; e de coexistência competitiva (Shambaugh 2013, 73-74), no qual, apesar da interconexão em distintas áreas, há uma elevação da competição nos planos econômico, ideológico, de segurança e geopolítico nos últimos anos, podendo tornar a América do Sul “*a theatre of global disputes between Monroe*

and Mao's heirs" (León-Manriquez e Alvarez 2014, 24). Na relação Estados Unidos - América do Sul, visualiza-se a imposição de uma geopolítica da Guerra Híbrida, conforme visto nas seções anteriores, principalmente com a retomada da região no radar geoestratégico estadunidense a partir de 2008. No que tange a relação entre China - América do Sul, ratifica-se a permissividade da Geoeconomia Híbrida, em que Pequim utiliza o comércio, o investimento e a diplomacia com a intenção de equilibrar a dominância regional e global.

Considerações Finais

O presente artigo destinou-se a apresentar uma nova formulação epistemológica do poder, os Triângulos Competitivo-Cooperativos, lastreados pelas correlações das Forças Políticas Internas e Externas no estudo de caso sul-americano. Desta maneira, conclui-se que os Triângulos Competitivo-Cooperativos estabelecidos pela correlação Estados Unidos – China – América do Sul são altamente complexos, ensejando novos projetos e trabalhos acadêmicos que visem explorar as infinitas possibilidades dessas triangulações de poder em suas múltiplas interdisciplinaridades.

Como considerações finais, reitera-se que o equilíbrio da triangulação de poder na América do Sul começa a ser rompido quando o subcontinente, tradicionalmente na esfera de influência dos EUA, é atraído pelo polo magnético chinês, aumentando as preocupações do lado estadunidense por consistir numa área vital para a sua segurança e estabilidade regional. A China vem elevando seus laços com a América do Sul, utilizando instituições multilaterais para restringir e diluir o poder e a influência estadunidenses, empregando o “multilateralismo” como um meio de alcançar o “multipolarismo” (Shambaugh 2013, 153). Ainda, tem apoiado o avanço de mecanismos de integração regional, como a CELAC, vista pelos Estados Unidos de modo hostil, uma vez que a criação do Fórum China - CELAC os exclui intencionalmente. Tal tabuleiro de xadrez geopolítico tende a se tornar cada vez mais dinâmico na medida em que os interesses dos três vértices de poder são mais latentes.

In so doing, Latin American leaders will not be operating in a vacuum. Latin America will have to navigate the China Triangle. At the top of the triangle tips is the United States, while China and Latin America form a new base of cooperation from left to right. But China has its own delicate relationship with the United States. The United States has a longstanding connection to the Americas. In addition to reforms at home, Latin American capitals will need

to retool alliances with China to be more consistent with those reforms. At the same time, China's new alliance with Latin America is seen as a challenge to the United States, a nation that has long considered the Americas its backyard. To be successful, then, Latin America's reforms will have to operate in a manner that simultaneously builds on its relationships with China and the United States alike rather than picking one over the other (Gallagher 2016, 3).

De tal modo, a América do Sul é delineada como uma área sensivelmente geoestratégica no médio-prazo, visualizando-se “um renascimento da região como espaço geopolítico e geoeconômico” (Pecequillo 2013, 101), em que *“concerns on China's rise and increasing pressures from US hard-liners could transform Latin America in a scenario of geopolitical dispute between the two great powers”* (León-Manriquez e Alvarez 2014, 23-24).

Destarte, analisando-se o referencial teórico proposto, algumas conclusões podem começar a ser delineadas:

1) nas relações triangulares, tanto a competição quanto a cooperação ensejam janelas de oportunidades aos países sul-americanos, ao estabelecer benefícios com o outro vértice de poder;

2) agregando-se ao paradigma geopolítico um padrão geoeconômico, abrem-se novas fronteiras para triangulações de poder, podendo beneficiar a região, caso as FPI delineiem objetivos, metas e planos geoestratégicos;

3) para a América do Sul, o aumento do intercâmbio com Pequim pode aumentar o poder de barganha com Washington, modificando a histórica estrutura de patrão para parceiro (Gallagher 2016, 176-177), a partir da percepção “de que a China poderia se tornar uma alternativa à interdependência assimétrica com os Estados Unidos, tanto nos setores estratégico quanto econômico” (Pecequillo 2013, 108);

4) da conclusão anterior, segue-se que tal fato tende a despertar apreensões por parte dos Estados Unidos, considerando a intensidade adquirida pelas relações sino-sul-americanas como disfuncional aos seus interesses na região (Sevares 2015, 101);

5) numa visão geoestratégica de autonomia sul-americana, a região poderia aproveitar a competição regional e global sino-americana ao capitalizar e fortalecer laços pragmáticos com ambas as partes, visando como meta estratégica seu desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

- Aron, Raymond. 2002. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- Arrighi, Giovanni. 2007. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. New York: Verso.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz. 2016. *A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bruckmann, Monica. 2011. “Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana”. In: Viana, André Rego; Barros, Pedro Silva; Calixtre, André Bojikian (Org.). *Governança Global e a integração da América do Sul*. Brasília: Ipea, 2011. 197-246.
- Brutto, Giuseppe Lo. 2018. “El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconómica y geopolítica en América Latina. Un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación Sur-Sur”. In: Vadell, Javier (Org.). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, Ca 4. 103-138.
- Carmo, Corival Alves do; Pecequillo, Cristina Soreanu. 2016. “O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016)”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 5 (9): 54-75.
- Colombo, Sandra; Frechero, J. Ignacio. 2012. “Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina: Da Decepção à Autonomização da Região”. *Contexto Internacional* 34 (1): 189-222.
- Dominguez, Francisco. 2016. “Após a atual crise, qual o futuro da relação estratégica entre a América Latina e a China?”. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Folio Digital. 135-164.
- Economy, Elizabeth C.; Levi, Michael. 2014. *By all means necessary: How China's resource quest is changing the world*. New York: Oxford University Press.
- Fiori, José Luís da Costa. 2014. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Fiori, José Luís da Costa. 2016. *O mito do “pecado original” e o gênese do ceticismo ético*. Acesso em: 24 fev. 2019. http://www.ie.ufrj.br/images/o_mito_do_pecado_original_doec8.pdf.
- Fiori, José Luís da Costa. 2007. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Gallagher, Kevin. 2016. *The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus*. New York: Oxford University Press.

- Jaguaribe, Anna. 2011. "China: estratégias de modernização alternativa". *Revista Desenvolvimento em Debate* 2 (2): 39-49.
- Katz, Claudio. 2016. *Neoliberalismo, Neodesarrollismo, Socialismo*. Buenos Aires: Batalla de Ideas.
- Kelly, Philip. 1997. *Checkerboards and Shatterbelts: The geopolitics of South America*. Austin: University Of Texas Press.
- Kissinger, Henry. 2011. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Korybko, Andrew. 2018. *Guerras híbridas das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Laclau, Ernesto. 2013. *A Razão Populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Leite, Alexandre Cesar Cunha; Ramos, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. 2016. "Investimentos chineses na América do Sul: um desenho das preferências de destino e setores". In: Lima, Marcos Costa (Org.). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Folio Digital. 165-192.
- León-Manríquez, Jose; Alvarez, Luis F. 2014. "Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America?". *Revista Brasileira de Política Internacional* 57, 9-27.
- Lukes, Steven. 1980. *O poder: uma visão radical*. Brasília: Editora Unb.
- Maquiavel, Nicolau. 2012. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret.
- Martins, Carlos Eduardo. 2011. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Morgenthau, Hans J. 2003. *A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- Naughton, Barry. 2017. "Is China Socialist?". *Journal Of Economic Perspectives*. Nashville 31(1): 3-24.
- Niu, Haibin. 2013. "A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS". *Contexto Internacional, Rio de Janeiro* 35 (1): 197-229.
- Nye, Joseph S. 2004. *Soft Power: The Means To Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- Ouriques, Nildo. 2014. *O colapso do figurino francês: Crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular.
- Pecequillo, Cristina Soreanu. 2013. "A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China". *Carta Internacional* 8 (2): 100-115.
- Pecequillo, Cristina Soreanu. 2012. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pereira, Luis Carlos Bresser; Ribeiro, Livio. 2016. "A nova fase do modelo chinês e as principais questões para o Brasil". In R. Bonelli, & F. Velloso (Orgs.). *A Crise de Crescimento do Brasil* (1 ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 243-281.

- Perkins, Dwight. 2013. *East Asian Development: Foundations and Strategies*. London: Harvard University Press.
- Rodrigues, Bernardo Salgado. 2020b. “Guerra híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas: uma definição das ações políticas veladas”. *Sul Global* 1 (1): 139-168.
- Rodrigues, Bernardo Salgado. 2017. “O início da Era Trump: isolacionismo econômico e intervencionismo militar”. *Boletim de Conjuntura - Lehc*. 15-26.
- Rodrigues, Bernardo Salgado. 2020a. Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?: os projetos de poder estadunidense e chinês na amazônia sul-americana (2001-2016). *Doutorado em Economia Política Internacional*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Sevares, Julio. 2015. *China: un socio imperial para Argentina y América Latina*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Edhasa.
- Shambaugh, David. 2013. *China goes global: the partial power*. New York: Oxford University Press.
- Stuenkel, Oliver. 2016. *Post-western world: how emerging powers are remaking global order*. Cambridge: Polity Press.
- Traspadini, Roberta. 2014. *A teoria da (inter).dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões.
- Tsai, T-C; Liu, T. 2012. “China’s Relations with Latin America”. In E. Kavalsky (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy*. Surrey: Ashgate. 287-298.
- Vadell, Javier Alberto; Carvalho, Pedro Henrique Neves de. 2014. “Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado”. *Contexto Internacional* 36 (1): 75-III.
- Vadell, Javier. 2011. “Rumo ao século chinês? A relação Estados Unidos-China pós 11/09”. *Carta Internacional* 6 (2): 97-III.
- Vadell, Javier; Neves, Pedro. 2018. “O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito”. In: Vadell, Javier (Org.). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, Ca 7. 205-234.
- Vadell, Javier; Ramos, Leonardo; Neves, Pedro. 2016. “As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como network power”. In: Lima, Marcos Costa (Org.). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 67-90.

RESUMO

No século XXI, os projetos de poder na América do Sul constituem uma arena de disputas que compreende uma correlação dialética entre Forças Políticas Internas e Externas. Neste sentido, o presente artigo visa realizar um debate inovador a partir da formulação teórica denominada de Triângulos Competitivo-Cooperativos de poder, tomando como estudo de caso a região sul-americana. A partir de uma visão realista das relações internacionais e utilizando uma metodologia empírico-dedutiva, objetiva-se atingir uma construção epistemológica referente ao poder no sistema internacional, explanando os desafios e as possibilidades das Forças Políticas Internas Sul-Americanas.

PALAVRAS-CHAVE

Triângulos Competitivo-Cooperativos de Poder; Forças Políticas Internas e Externas; América do Sul.

Recebido em 28 de maio de 2020

Aprovado em 18 de novembro de 2020